



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

Ilda Renata Andreata Sesquim

Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP.

ildasesquim@gmail.com

UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA: Femininos e possibilidades para a emancipação¹.

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de analisar como a questão de gênero foi mobilizada por mulheres no meio acadêmico brasileiro durante a primeira metade do século XX. Para localizar essas questões nos debruçaremos sobre a primeira década de atuação (1929-1939) da União Universitária Feminina (UUF).

Palavras-chave: Mulheres. Instrução Feminina. União Universitária Feminina.

UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA: Feminine and possibilities for emancipation.

ABSTRACT

The present paper aims to analyze how the gender issue was mobilized by women in the Brazilian academic environment during the first half of the 20th century. In order to locate this discussion, we will focus on the first decade of activity (1929-1939) of the União Universitária Feminina (UUF).

Keywords: Women. Female education. União Universitária Feminina.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Introdução

O objetivo deste sucinto artigo será traçar uma análise sobre como a questão de gênero foi tratada pelas mulheres no meio acadêmico brasileiro durante a primeira metade do século XX. O trabalho busca analisar a forma como a luta pela inserção feminina no ensino superior foi articulada durante este período, utilizando como estudo de caso a atuação da União Universitária Feminina (UUF) entre o período de 1929 a 1939.

O interesse pela atuação da União Universitária Feminina (UUF) parte de um desdobramento da pesquisa de mestrado iniciada no ano de 2021 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Através da análise da trajetória de Lêda Boechat Rodrigues, a pesquisa em questão se dedica a pensar de que forma os preceitos epistêmicos que constroem e consolidam um autor de história relegaram às autoras mulheres um não-lugar nos cânones e nos espaços de recordação acadêmica. Ao analisar documentos que permitissem reconstituir a trajetória de Lêda foi possível encontrar relatos de sua participação enquanto sócia da UUF, onde defendeu ativamente pontos como a emancipação e o desenvolvimento da intelectualidade feminina, a livre escolha pela maternidade e o direito ao divórcio. Chamou-nos a atenção a ausência de relatos sobre a agremiação, de forma que iniciamos um trabalho de busca por fontes que nos fornecessem informações sobre suas características.

Durante esse processo de buscas nos deparamos com a Revista de Cultura e Técnica, órgão oficial da UUF ativo entre os anos de 1937 e 1939. Embora a revista fornecesse algumas informações importantes sobre a trajetória da agremiação, cabe destacar que a maior parte das informações sobre ela ainda se encontram dispersas em jornais e periódicos. De modo geral, a ausência de registros, informações e bibliografias sobre estes passados, ainda se constitui como um desafio aos pesquisadores que se debruçam sobre a História das mulheres. Às historiadoras e historiadores, conforme aponta Soihet (1997, p. 428), essas ausências levam sobretudo a necessidade de buscar meios alternativos que tornem possível romper com a invisibilidade que acompanha o tema. No caso das mulheres letradas, que será especificamente o recorte deste trabalho, os periódicos constituem-se por vez como uma fonte privilegiada de acesso a esse passado.

Para analisar a trajetória da UUF, portanto, teremos como fontes textos de periódicos, dentre eles revistas e jornais, que relatem a trajetória da agremiação entre anos de 1929 a 1939. Dentre esses materiais, podemos citar a Revista de Cultura e

Técnica, disponível na Coleção de Periódicos especiais da Biblioteca Mário de Andrade e o acervo de periódicos disponíveis online através da plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira.

No que diz respeito a luta pela inserção feminina no ensino superior, é importante ressaltarmos que o desenvolvimento dos movimentos de mulheres, acompanhando o processo de urbanização e o surgimento das camadas médias e operárias, adotou diversas formas de atuação frente ao cenário nacional. Como aponta Pinto (2003), não se tratava apenas de um grupo que militou diante às instâncias estatais, recorrendo a meios legais de luta pelos direitos, mas também envolvia uma complexa estratégia de organização que buscava ampliar sua base de apoio e espalhar suas reivindicações pelo país. A fim de superar esses antagonismos colocados, nos deparamos com a exigência investigativa de evidenciar as múltiplas dimensões que abarcaram a atuação acadêmica e feminina.

Nesse sentido, ao nos propormos a esta pesquisa, caminhamos em direção a perspectiva defendida por Rachel Soihet (1997) de que para abarcar metodologicamente essa multiplicidade convergimos para a necessidade de focalizar em nossa análise a relação entre os sexos e a categoria de gênero. Sob este ângulo teórico o termo “gênero” enfatiza o caráter relacional existente entre os sexos, de forma que a compreensão de homem e mulher não pode ser estabelecida por meio de um estudo que considere esses dois polos enquanto categorias analíticas totalmente separadas. Se propor então a estudar a atuação da União Universitária Feminina através de uma perspectiva de gênero, implica em uma forma de indicar “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Torna-se, assim, praticamente impossível reivindicar uma identidade isolada da categoria “mulheres”, justificando-se aqui a importância de articular o estudo de gênero com demais esferas de análise. Desta forma, neste estudo localizaremos as questões femininas dentro de um determinado cenário político e restringiremos essas questões a um grupo específico de mulheres, correspondendo às mulheres intelectuais de um restrito escopo social que tiveram acesso ao ensino superior na época.

Neste cenário, os ideais da maternidade, do casamento e da dedicação ao lar fizeram por muito tempo parte de um conjunto de atribuições que marcaram a construção de uma suposta “essência feminina”. Enquanto as funções públicas, a participação no mercado de trabalho e o sustento da família definiam a masculinidade, na ideologia imperante, “ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das

mulheres” (PINSKY, 2010, p. 609). Embora esse estereótipo não possa ser projetado em sua totalidade para categoria “mulheres”, existindo realidades nas quais o sexo feminino não cumpria com esse padrão de comportamento feminino, a exemplo das mulheres pobres e operárias que desempenhavam uma participação ativa no sustento da casa e na direção da família, o modelo de feminilidade vitoriana foi responsável por regular as condições de um grande contingente de mulheres. Para estas mulheres, reinava imperante o pressuposto de que sua realização deveria dar-se exclusivamente através dos filhos e do marido. Como aponta Rago (1985), era nítida a desvalorização profissional, política e intelectual provocada por estes pressupostos, de forma que é impossível pensarmos hoje a História das Mulheres sem considerar os efeitos que essas essencializações impuseram a elas.

Embora o campo de estudo sobre a História das Mulheres no Brasil tenha recebido inúmeras e relevantes contribuições nas últimas décadas, ainda são vários os desafios enfrentados quando se desejar pesquisar sobre mulheres. Seja pela dificuldade de acesso às fontes, ou pela resistência interna dos pressupostos epistêmicos do campo historiográfico, podemos dizer que as questões femininas e a incorporação da categoria de gênero nas análises históricas ainda enfrentam grandes desafios. De modo geral, falar de mulheres é, nas palavras de Teles (2017), assumir uma postura incômoda, onde se compreende que a submissão é resultante de um processo milenar, que excluiu e continua a excluir mulheres de diferentes sociedades, idades e classes, questionando com isso “as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”” (SCOTT, 1992, p. 77).

O ensino superior e a luta pela instrução feminina no Brasil

Desde a fundação dos primeiros cursos superiores no Brasil, o ambiente acadêmico constituía-se enquanto um local de reprodução das estruturas patriarcais de dominação masculina sobre a mulher. Por meio de argumentos biologizantes que buscavam justificar uma suposta inferioridade intelectual do sexo feminino, as escolas superiores, até as últimas décadas do século XIX, destinavam-se apenas aos homens, relegando às mulheres a limitação às funções maternas e familiares. Seria apenas a partir do ano de 1879, em virtude do Decreto Lei nº 7.247/1879, que as mulheres passariam a ter o direito de ingressar no ensino superior. Limitando-se inicialmente aos cursos de Direito e Medicina, o decreto nº 7.247, conhecido como a Reforma Leôncio de

Carvalho, instituiu que fosse completamente livre o ensino superior em todo o Império. No entanto, vários ainda seriam os desafios enfrentados pelas mulheres para ingressarem nos cursos superiores e se afirmarem profissionalmente. Via de regra, a estrutura social e o sistema de ensino ainda tinham o objetivo de preparar as mulheres para a vida doméstica. Quando era possível a permanência nos estudos, a profissionalização das mulheres permanecia orientada para a carreira docente no ensino primário.

Como mostra Hahner (2003), a abertura do ensino superior às mulheres não surtiria efeitos significativos sobre o número de estudantes matriculadas nas instituições de ensino. Embora a lei assistisse este direito, é importante ressaltar que ainda vigorava no imaginário social a figura da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa. Nesse sentido, quando defendida, a inserção das mulheres no ensino superior ainda seria majoritariamente pautada sobre a responsabilidade feminina de cuidar do lar e educar os filhos. O ideal de que “uma mulher bem educada e instruída saberia melhor educar seus filhos e cuidar do marido” (REGIS, 2012, p. 72) colocava-se como um obstáculo às mulheres que buscavam romper com a segregação por gênero e alcançar a emancipação por meio do ingresso no ensino superior.

Essas distâncias entre os sexos permaneceram por um longo período no horizonte do ensino superior no Brasil. Nesses moldes, é importante observar que mesmo com a criação da primeira universidade brasileira em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, a oferta inicial do ensino superior manteve-se destinada apenas aos homens. Além disso, durante este período, a educação feminina, quando não limitada apenas ao ensino primário, voltava-se majoritariamente ao magistério, com o objetivo de formar professoras para a escola básica. Dada as dificuldades que limitavam a inserção feminina no ambiente acadêmico, a quantidade de mulheres presentes no ensino superior nas primeiras décadas do século XX continuava a assumir dimensões numéricas praticamente insignificantes se comparadas ao contingente de participação masculina.

À medida que algumas mulheres conseguiam ingressar e se formar no ensino superior, essas distâncias passaram a diminuir gradativamente, ampliando a participação e profissionalização feminina. Entretanto, conforme aponta Saffioti (1976), quando os cursos superiores estavam abertos à participação das mulheres, a concentração do elemento feminino se dava em certos ramos do ensino menos valorizados socialmente. De acordo com a autora, até 1930 a “representação feminina

nos cursos superiores foi bastante escassa, concentrando-se, sobretudo, nas Faculdades de Farmácia e, em segundo lugar, nas de Medicina e Odontologia” (SAFFIOTI, 1976, p. 219). Conforme indicado pelas estatísticas do ensino superior geral² no Brasil no ano de 1929, o número de homens e mulheres matriculados no curso de Medicina era de 5.787 homens e 72 mulheres. No curso de Odontologia os números de matrículas correspondiam a 680 homens e 71 mulheres. Já em relação ao curso de Farmácia, o número de matrículas estava distribuído entre 816 homens e 178 mulheres. É importante ressaltar que o ramo farmacêutico passava por um forte processo de desvalorização social na época, o que explica a maior concentração feminina³ nesse ramo de estudos. O que podemos observar, portanto, é que até as primeiras décadas do século XX as mulheres não haviam ainda penetrado em números significativos nas escolas superiores.

Frente à desvalorização profissional das mulheres, acompanhada pela dificuldade que elas encontravam para ampliar seu campo de atuação fora do lar, a educação e o ensino superior passaram a ser vistos como uma possibilidade concreta de emancipação feminina. Embora ainda houvesse uma grande disparidade em relação ao número de homens e mulheres matriculados no ensino superior, além do fator econômico, resultante da qualificação da mão-de-obra e do aumento da remuneração, para grande parte dessas mulheres, o ingresso neste nível de ensino representava a possibilidade de inserir-se no espaço público do país. Como aponta Regis (2012), o ensino superior nas primeiras décadas do século XX era visto como uma forma de emancipação feminina, pois permitia que essas mulheres circulassem entre os lócus de formação política do país e assumissem influências em certas esferas sociais. Assim, longe de representar apenas uma via para a ascensão econômica das mulheres, a emancipação por meio do ensino superior carregava consigo uma bandeira de luta política que estava vinculada a uma complexa rede de organização em defesa da ampliação e da disseminação das reivindicações femininas pelo país.

² De acordo com os dados extraídos do banco de Estatística Intelectual do Brasil, tipografados pelo Departamento Nacional de Estatística no ano de 1931, o Ensino Superior Geral no Brasil em 1929 contava com os cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Filosofia e Letras, Ciências Jurídicas e Sociais, Engenheiros Cíveis, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros Industriais, Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Mecânicos, Engenheiros Eletricistas, Engenheiros Arquitetos e Químicos Industriais. Cf.: (SAFFIOTI, 1976, p. 217).

³ Extraído de Estatística Intelectual do Brasil, Departamento Nacional de Estatística, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, Tipografia do Departamento Nacional de Estatística, 1931. Cf.: (SAFFIOTI, 1976, p. 219).

O movimento pelo voto feminino foi um exemplo dessas reivindicações que mobilizariam um expressivo grupo de mulheres. Influenciado inicialmente pelo intercâmbio com os ideais europeus e norte-americanos, o movimento alcançou uma significativa parcela de mulheres que lutavam por seus direitos políticos através da reivindicação da participação eleitoral, enquanto eleitoras e candidatas. É justamente a partir destas reivindicações que se funda no ano de 1910, o Partido Republicano Feminino. Como mostra Pinto (2003), este grupo não defendia apenas o direito ao voto, mas pautava também a emancipação e a independência feminina. Por meio desta defesa dos direitos das mulheres, o partido reivindicava pautas como o fim da exploração sexual, o exercício da cidadania feminina no mundo político e a participação no mercado de trabalho. Entretanto, sem conseguir alcançar suas reivindicações pelo voto, o Partido Republicano Feminino encerrou suas atividades no final da década de 1910.

Arelado às mulheres intelectuais da época, o movimento em defesa dos direitos femininos entraria então em uma nova fase que “teria como principal pauta as dificuldades que as mulheres enfrentavam para ingressarem no mundo do trabalho e se firmarem profissionalmente” (SESQUIM, 2021, p. 7). Mobilizado por mulheres letradas com o objetivo de promover sua emancipação econômica, intelectual e política, este movimento deu seus primeiros passos nas primeiras décadas de 1920 e começava a avançar paulatinamente sobre terrenos que garantiam pequenas vitórias em relação a educação e os direitos políticos para a mulher. Foi neste cenário que Bertha Lutz, influenciada por sua estadia em Paris e por seu intercâmbio com o movimento feminista inglês, começou a direcionar parte das manifestações de mulheres no Brasil e desenhar os limites do que viria a ser a primeira associação feminista brasileira.

Instalada no Rio de Janeiro em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) se desenrolava com o objetivo de promover a emancipação econômica da mulher, lutando por seus direitos políticos e defendendo sua inserção social e cultural. Os fins a serem desenvolvidos pela associação delineavam-se pelos seguintes itens:

1. Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
2. Proteger a mãe e a infância;
3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
5. Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
6. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;

7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental. (SAFFIOTI, 1976, p. 258)

Como pode ser observado pelo primeiro tópico de suas finalidades, a defesa do acesso à educação da mulher e a elevação do nível de instrução feminina passariam a vigorar oficialmente como pautas da associação. Em relação a estas reivindicações, como mostra Saffioti (1976), a primeira conquista da FBPF, ainda no ano de 1922, foi a de haver conseguido a entrada de meninas no Externato do Colégio Pedro II.

Ainda segundo Saffioti (1976), a FBPF buscava integrar o Brasil no conjunto de países que formavam o Bloco Ocidental, elaborando um plano de ação sobre a consecução dos direitos femininos que estava espelhado nas atividades desempenhadas pelas associações norte-americanas semelhantes. É importante ressaltar que este movimento, dado seu caráter liberalizante e o elitismo das mulheres que compunham seu escopo, não conseguiu alcançar de modo efetivo as mulheres proletárias e periféricas da sociedade. Nesse sentido, embora o movimento tenha promovido importantes avanços para educação e emancipação feminina, para as mulheres pobres e proletárias a realidade vivenciada e as demandas exigidas eram outras. Torna-se, assim, praticamente impossível reivindicar uma identidade isolada da categoria “mulheres”, justificando-se aqui a importância de articular o estudo de gênero com demais esferas de análise.

A União Universitária Feminina

Longe de ser uma possibilidade para mulheres de diferentes estratos sociais, continuar nos estudos durante as décadas de 1930 e 1940 significava uma realidade restrita a um pequeno escopo social, correspondente àquelas mulheres cuja condição social permitia o acesso ao ensino superior na época. Nesse sentido, a luta travada pelas associações femininas como a FBPF e a UUF divergiam das especificidades de outros grupos femininos, como por exemplo, das mulheres operárias. A defesa de direitos para as mulheres, a profissionalização e o ingresso no ensino superior seriam assim as principais pautas dessas associações. Movidas pelas dificuldades enfrentadas para mulheres se educarem profissionalmente e para romperem com a desvalorização de suas carreiras, como mostra Pinsky (2010), o discurso dessas feministas perpassava por um caráter liberalizante que elencava como principais pautas o ingresso da mulher no ensino superior e a afirmação profissional no mundo do trabalho.

É justamente com o objetivo de congregar essas estudantes universitárias e ampliar o número de mulheres presentes no Ensino Superior que nasce, sob as diretrizes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a União Universitária Feminina. Fundada no dia 13 de janeiro de 1929, com sede no Rio de Janeiro, a nova agremiação destinava-se a estimular as mulheres brasileiras a adquirir o ensino técnico e superior, coordenando e orientando as moças que ingressavam nas universidades e oferecendo amparo às mulheres diplomadas a fim de estimular a realização de suas carreiras. Além de facilitar e incentivar o intercâmbio cultural entre as mulheres universitárias do Brasil e do exterior, a UUF tinha como finalidade defender os interesses femininos nas profissões liberais, desenvolver a intelectualidade feminina e colaborar na solução dos problemas relacionados com o progresso nacional e internacional⁴.

A UUF organizava-se por uma diretoria, eleita a cada dois anos, responsável por coordenar e orientar as ações da agremiação. Esta diretoria era composta por uma presidente, duas vice-presidentes, uma secretária, uma tesoureira e pelo conselho diretor, composto de cinco membros, escolhidos pelo grupo⁵. De acordo com a matéria⁶ divulgada no jornal *O Paiz*, no dia 15 de janeiro de 1929, a primeira diretoria eleita foi a seguinte: presidente, Dra. Carmen Velasco Portinho, engenheira civil formada pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro; vice-presidentes, Heloisa Marinho, formada em filosofia, pela Universidade de Chicago, e Ormindia Bastos, advogada no foro do Rio de Janeiro; secretária, Natercia da Cunha Silveira, advogada que também exercia sua profissão na capital e tesoureira, Amelia Sapienza, engenheira civil, formada pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. Em relação ao Conselho diretor, as primeiras membras foram Bertha Lutz, Joanna Lopes, Myrthes de Campos, Herminia de Assis e Emilia Snethlave.

Além destes núcleos, a agremiação contava com Departamentos e Comissões para organizar suas atividades e formas de atuação. Quanto aos departamentos, podemos citar o Departamento de Assistência e o Intelectual. No caso do Departamento Intelectual, suas funções eram a de proporcionar às socias e às pessoas interessadas novas oportunidades culturais. Dessa forma, as ações mais recorrentes adotadas por

⁴ REUNIÕES. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1929. Edição 10661, p.6.

⁵ A União Universitária Feminina. *O Paiz*, Rio de Janeiro, domingo, 20 de dezembro de 1929. Edição 16163, p. 12.

⁶ UNIÃO Universitária Feminina. *O Paiz*, Rio de Janeiro, segunda-feira e terça-feira, 14 e 15 de janeiro de 1929. Edição 16157-16158, p.5.

esse departamento eram atividades como a promoção de palestras e ofertas de cursos. Um dos exemplos destes cursos, é o Curso de Ciências Sociais, inaugurado no ano de 1938 no Edifício Odeon, sede da agremiação. O curso de dividia em duas partes compostas por uma série de palestras, a primeira delas voltada a Sociologia no quadro dos conhecimentos científicos modernos e a segunda, destinada a discutir temas como Economia e Finanças, Psicologia e Psiquiatria⁷. Em relação às Comissões, no ano de fundação da agremiação constava-se: a Comissão de Relações Internacionais, constituída na época por Heloisa Marinho, Renée Rocque e Bertha Lutz; a de Biblioteca, coordenada por Luiza Sapienza, Maria Luiza Doria Bittencourt e Maria Esther Ramalho e a de Propaganda, composta por Ormind Bastos, Sylvia Vaccani e Maria Luiza Bittencourt. Posteriormente, no ano de 1938, há também menções a existência de uma Comissão de Paz.

Embora a União fosse sediada no Rio de Janeiro, o objetivo era expandi-la para os demais estados brasileiros e alcançar o maior contingente possível de mulheres universitárias. Para cumprir com esta finalidade, ainda no ano de 1929, adotou-se uma série de medidas que visavam expandir o alcance pelo território nacional e ampliar as bases de apoio da agremiação. Dentre essas medidas, destacam-se eventos como a fundação de uma filial no Estado de Sergipe, organizada por Maria Rita Soares de Andrade, a nomeação de representantes nos Estados do São Paulo, Minas e Bahia e o início dos preparos para fundação da filial mineira na cidade de Belo Horizonte, idealizada por Elvira Komel e Alzira Reis Vieira.

Durante sete anos consecutivos desde sua fundação, a presidência da UUF esteve a cargo da Dra. Carmem Velasco Portinho, sendo sucedida em 1937 pela Dra. Elza Pinho. A engenheira ocupou a função até dezembro de 1939, momento no qual foram realizadas as eleições para nova diretoria da agremiação. Apurado os votos, a nova diretoria foi empossada durante a cerimônia do 10º aniversário da UUF, realizada no *Automovel Club*, onde estabeleceu-se a seguinte distribuição dos cargos: “Presidente, Isabel do Prado; 1ª Vice Presidente, Carmen Chaves de Moura; 2ª Vice-Presidente, Iva Waisberg; Secretária Geral, Leda Boechat, e Tesoureira, Elza Pinho” (ELEIÇÃO..., 1939, p. 23). Além das mulheres acima citadas, a União também contou com a participação de outras importantes figuras, como é o caso, por exemplo, de Maria de Moraes Werneck

⁷ UNIÃO Universitária Feminina: curso de Ciências Sociais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de maio 1938. Edição 00104, p. 10.

de Castro, secretária jurídica e representante da União junto a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O corpo social era constituído por universitárias e estudantes de escolas superiores e se estruturava inicialmente por quatro nichos:

a) pelas sócias efetivas – universitárias (mulheres diplomadas); b) Sócias estudantes – matriculadas em curso superior universitário, que além das alunas dessas mesmas universidades escolas, as mulheres diplomadas por estabelecimentos de ensino técnico superior; c) Associadas e associados – pessoas que se interessam pelo fim da U.U.F. e desejam auxiliá-la e d) Por benfeitoras, benfeitores e sócias remidas (A União Universitária Feminina. A Noite, Rio de Janeiro, domingo, 18 de dezembro de 1938. Edição 09647, p. 10)

Embora ainda não seja possível mapear por completo as ações e a atuação da União Universitária Feminina, podemos dizer que as atividades da agremiação se davam por diversos pontos que tinham como objetivo criar essas redes de apoio entre as mulheres que cursaram o ensino superior ou estavam nas universidades e escolas superiores na época. É por conta desses fatores que a atuação da União vai se dar mais especificamente nesse ambiente acadêmico e universitário, preocupando-se com problemas que envolviam as mulheres desse escopo social, como, por exemplo, a emancipação econômica feminina. Ademais, é importante ressaltar que a União esteve engajada na luta pelo voto feminino, pleiteando, por meio das advogadas que integravam a UUF, o alistamento de mulheres e “oferecendo o suporte jurídico necessário às mulheres que desejavam votar” (GALVÃO, 2016, p. 189).

Como aponta Regis (2012), desde sua fundação a UUF tinha interesse na solução das questões que remetessem às mulheres cultas e à realização de suas carreiras. Ao encontro às universitárias, a agremiação buscava propagar o desenvolvimento intelectual das mulheres por meio de inúmeras atividades. Realizavam palestras, apresentavam às associadas os grupos de intelectuais e de professores, organizavam bibliotecas e ofereciam um ambiente de solidariedade e de camaradagem, onde as associadas poderiam discutir diversos assuntos relacionados à academia, à carreira e ao feminino. Durante os anos de funcionamento, a União contou com a participação de mulheres universitárias e formadas em diversas áreas, como medicina, direito, engenharia, química etc., o que conferia uma grande amplitude aos debates realizados em seu interior.

Dentre as atividades desempenhadas pela UUF, podemos observar também ações mais pontuais como, eventos estudantis, concessão de bolsas de estudos e

intercâmbios, que aconteciam principalmente com organizações parceiras localizadas na Europa, América Latina e América do Norte. Por intermédio de sua Comissão de Relações Internacionais a União mantinha correspondência permanente com o *Institute of International Education*, de Nova York, e com diversas associações e universidades do estrangeiro que ofereciam, anualmente, bolsas de estudo ou de pesquisa às universitárias brasileiras. Essas bolsas, conforme dito por Elza Pinho em matéria concedida ao jornal *A Noite* (RJ)⁸, permitiam às sócias da UUF permanecerem durante um ano letivo numa Universidade da América do Norte ou da Europa, para estudos de especialização ou de pesquisas. Dirigidas pela Comissão de Relações internacionais, as sócias que desejavam ingressar no programa de intercâmbio eram reportadas às associações que ofereciam as bolsas. Aprovada a bolsa de estudo para o intercâmbio universitário, as despesas de moradia, matrícula e demais gastos da estudante ficavam a cargo da universidade ou associação que oferecia a bolsa.

São exemplos desses eventos, o Chá das Calouras, oferecido sempre que novas mulheres ingressavam na universidade, e o Chá da Vitória, oferecido em ocasião de formatura das associadas. De acordo com Regis (2012), o Chá das calouras foi uma das principais estratégias adotadas pela UUF para agregar mais integrantes ao seu núcleo. Neste evento as sócias apresentavam a União às mulheres recém ingressas no ensino superior e buscavam atraí-las para a agremiação. Por meio do fortalecimento do movimento, influenciando o desenvolvimento feminino intelectual e profissional, o evento unia novas mulheres em prol da causa e agregava cada vez mais as estudantes do ensino superior.

Nestes eventos, os discursos proferidos pela UUF frequentemente expressavam a ideia de que as mulheres possuíam a mesma capacidade intelectual que os homens e que, portanto, deveriam desfrutar dos mesmos direitos que estes. No discurso de Saudação das calouras, feito em 1935 por Lêda Boechat, é possível observar de forma mais explícita o posicionamento da agremiação frente ao problema da emancipação feminina:

[...] Detentoras dos mesmos dotes intelectuais que os homens, possuindo em casos excepcionais a ipseidade extraordinária, quando isso reconheceram, julgaram-se com direito a possuir as mesmas regalias e privilégios que aqueles, em face da lei.

Conseguiram já uma grande parte de suas reivindicações, porém, a tela de preconceitos hipócritas que emaranham a atual sociedade, faz com que se lhe conceda de um lado capacidade jurídica igual a do homem, deixando-a, todavia,

⁸ A União Universitária Feminina. **A Noite**, Rio de Janeiro, domingo, 18 de dezembro de 1938. p. 10.

em alguns casos, numa atuação de manifesta inferioridade. A mulher precisa emancipar-se economicamente. E é com prazer que vejo terem todas vos que aqui estais, compreendendo isto perfeitamente. Os pais não vivem eternamente, os maridos nem sempre são bons, a educação dos filhos não pode, muitas vezes, ser feita somente pelo pai [...]. (Uma festa na “União Universitária Feminina”: o discurso de saudação da senhorita Lêda Boechat. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, domingo, 14 de abril de 1935. Terceira sessão, p. 21).

Em relação aos meios de atuação e de Assistência estudantil, a União manteve uma participação efetiva na Casa do Estudante do Brasil (CEB), estabelecendo um intercâmbio muito próximo com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e com a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF). Ao que tudo indica, com base na documentação analisada, era por meio desses cenários abertos pelos movimentos estudantis que a UUF estabelecia seus contatos mais próximos com as instâncias governamentais, através de eventos que mobilizavam essas esferas, como os Congressos Nacionais de Estudantes.

A exemplo destes eventos, no ano de 1931 acontece no Rio de Janeiro o II Congresso Internacional Feminista, organizado pela FBPF e apoiado pela UUF. Neste congresso delegou-se à União Universitária Feminina a responsabilidade pela seção de Educação e Instrução, que discutiria os pontos referentes à educação feminina. Composta pelas associadas Carmen Velasco Portinho, Ormindia Bastos, Maria Luiza Doria Bittencourt, Luiza Sapienza e Maria Werneck de Castro, a seção estabeleceu os seguintes pontos para discussão:

- I- Educação secundária profissional e pedagogia. O ginásio como tipo de Escola Secundaria feminina para fins de cultura e preparo profissional. Especialização das Escolas Normais.
- II- Educação superior. Regime universitário. “Campus”. A “Casa da Estudante na Cidade Universitária”
- III- Educação física. Sports Clubs Femininos. Sports adequados ao sexo feminino. A participação da mulher nos jogos olímpicos internacionais.
- IV- Educação cívica. Concurso de oratória entre estudantes sobre o desenvolvimento do espírito cívico construtor (Fundo FBPF/AN. MENDONÇA *Apud* BONATO, 2007).

Foi também em razão do Congresso Internacional Feminista de 1931 que se reivindicou, aliada às mobilizações encabeçadas pela FBPF, a instalação do pavilhão feminino na Casa de Estudantes. Em defesa do direito de permanência das estudantes de baixa renda no ensino universitário, essas organizações buscaram inserir as lutas femininas em um local que destinava majoritariamente aos homens. Dessa forma, a presença feminina na Casa, como mostra Regis (2012), se construía não apenas fisicamente, mas dotava-se de um teor político que representava a inserção feminina na

sociedade. A CEB era vista por essas associações como um espaço de assistência estudantil que apoiava as mulheres a continuar os estudos universitários e dava visibilidade para lutarem por suas causas. No ano de 1937, sob ocasião da eleição de nova diretoria para a Casa do Estudante do Brasil⁹, a União Universitária Feminina passou a compor o Conselho Patrimonial da organização, momento a partir do qual pode consolidar de forma mais efetiva sua atuação no espaço e dar maior ênfase às suas reivindicações.

Cabe ressaltar que embora a União fosse uma instituição filiada à FBPF, nem de longe esta recebeu tanta visibilidade quanto sua instituição de origem. A pouca bibliografia sobre o tema faz com que as informações sobre a UUF ainda se encontrem dispersas em jornais e periódicos da época, gerando um considerável desconhecimento sobre suas atividades e formas de atuação. Como as ações da União eram voltadas a esse escopo de mulheres que estavam dentro do ambiente universitário, seus meios de atuação e veículos de comunicação destinavam-se majoritariamente a revistas e jornais que circulavam entre essas estudantes. Em relação a esses veículos de comunicação, durante o processo de buscas por fontes que nos trouxessem alguma informação sobre a atuação da União Universitária Feminina, nos deparamos com a Revista de Cultura e Técnica, órgão oficial da UUF ativo entre os anos de 1937 e 1939. A revista destinava-se a divulgar, entre as associadas, matérias e notícias sobre a União, trabalhos de literatura, arte e educação, notas pedagógicas e noticiários referentes à vida universitária.

Ao analisar os volumes dessa revista podemos observar de modo mais preciso como as questões femininas foram articuladas na academia, identificando quais foram os temas e debates mais importantes presentes no interior da agremiação. Essa questão é melhor compreendida no discurso empreendido por Elza Pinho no Chá da Vitória, cerimônia de formatura das associadas, onde fica nítida a importância atribuída à emancipação feminina:

Agora que acabais de vencer a etapa da vida que corajosamente escolhestes, novas lutas vos esperam: mais sérias, mais difíceis talvez, não tereis, como mulheres que sois, no exercício da profissão que a vocação de cada uma escolheu, apenas problemas técnicos a resolver. Há a vencer também a incompreensão daqueles que ainda estão desacostumados a ver mulheres em cargos de direção e liderança aos quais mais cedo ou mais tarde sereis chamadas.

⁹ ELEITA a nova directoria da Casa do Estudante do Brasil. **A Noite**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 27 de janeiro de 1937. Edição 06965, p.4.

Se a estrada que se voz depara já foi aplainada por vossas predecessoras, restavos muito a fazer em benefício das que vos seguirão na mesma jornada. Mas, sejam quais forem os empecilhos a vencer, as lutas a travar, eu vos peço: não renunciéis nunca, nem por um segundo, aos vossos direitos de mulheres emancipadas. Uma derrota vossa, vossas vitórias, tende isto sempre em mente, não serão pessoais: repercutirão em todas nós (Discurso proferido no Chá da Vitória, Elza Pinho, revista de Cultura e Técnica, n. 1, v. 3, fev. 1939, p. 22).

Quanto à mulher estudante propriamente dita, havia uma preocupação especial com a questão da orientação profissional. Nos discursos oficiais da agremiação e nas publicações da Revista de Cultura e Técnica, é possível identificar essa preocupação em orientar as mulheres para as profissões que estivessem de acordo com suas aptidões e temperamentos. Embora estes discursos enaltescessem a importância de olhar caso a caso as situações e questionassem veemente a presença majoritariamente masculina em cargos de direção e liderança, ainda pode ser observado a reprodução de elementos que não questionavam as divisões características dos papéis de gênero, tanto nas profissões que seriam adequadas ao sexo feminino, quanto em relação aos ideais de mãe e esposa, se caracterizando, portanto, nos termos de Pinto (2003), como a face “bem-comportada” do feminismo brasileiro.

De certa forma, podemos observar que a tarefa de esclarecer a mulher brasileira e elevar seu nível cultural ainda estava vinculada aos papéis que a mulher ocupava na sociedade patriarcalmente constituída, perpetuando certas estruturas relativas à família, a feminilidade e a maternidade. A mulher não deveria “esquecer suas qualidades femininas” (BOECHAT, 1939a, p. 8) e o fato de estudar não deveria levá-la a masculinizar-se, ou em outras palavras, a romper com as características atribuídas ao sexo feminino.

Quanto ao papel materno, esses elementos podem ser observados no trecho do discurso de Lêda Boechat pronunciado também em ocasião do Chá da Vitória de 1939:

A nós, recém-diplomadas, bem como às nossas colegas já profissionais, caberá a tarefa ingrata, mas gloriosa, de esclarecer a mulher brasileira e trabalhar pelo levantamento de seu nível cultural, certas de que contribuiremos, assim, para o levantamento do nível cultural de todos os brasileiros, porque as mães de amanhã poderão dar a seus filhos um melhor sentido da vida que as de ontem nos deram (BOECHAT, 1939b, p. 23).

Após o ano de 1939, a Revista de Cultura e Técnica deixa de receber novos números e as informações sobre a agremiação voltam a ficar dispersas em jornais e periódicos. Não se sabe quais foram os veículos de comunicações oficiais adotados pela agremiação e nem se tem uma projeção exata de quais os motivos teriam levado ao fim do periódico. A União Universitária Feminina manteve suas atividades até o ano de 1961,

momento a partir do qual a agremiação passou a ser denominada como Associação Brasileira de Mulheres Universitárias.

Considerações finais

Ao analisar a trajetória da União Universitária Feminina entre os anos de 1929 e 1939, podemos observar a presença de elementos liberais no interior de seu pensamento que influenciaram em suas formas de atuação. Influenciada pelos ideais de instituições europeias e norte-americanas, a agremiação inseria a necessidade da conquista intelectual e da independência econômica das mulheres como uma de suas principais pautas. Para este grupo, a preocupação com a inserção das mulheres nas profissões liberais e nos círculos acadêmicos eram um dos principais objetivos a serem travados por esse segmento feminista analisado. Referindo-se às dificuldades encontradas pelas mulheres ao tentarem ingressar no ensino superior e se profissionalizarem no mundo do trabalho, controlado, até então, pelos homens, a emancipação econômica feminina e a elevação do nível cultural da mulher se caracterizavam como uma das principais vias adotadas pela UUF para extinguir, ou ao menos diminuir, os efeitos das desigualdades entre os sexos. De certa forma, o movimento assumia uma postura reformista em que as mulheres lutavam para ser incluídas nos círculos acadêmicos, intelectuais e profissionais sem alterar necessariamente a posição do homem na estrutura social.

Na percepção que temos até o momento, existem alguns fatores que explicam os motivos pelos quais a UUF não tocou em questões políticas mais estruturais. Isso se explica, em parte, porque seu núcleo era composto por uma determinada elite econômica, que eram as mulheres que tiveram acesso ao ensino superior na época, voltando-se assim para um feminismo mais liberal, por mais que isso não exclua a importância que a União teve em relação a questão da democracia no Brasil, em especial a emancipação econômica desta parcela de mulheres, o direito ao voto, a educação feminina e direitos no campo legal. Ademais, caberia também uma pesquisa futura para analisar em que medida o autoritarismo da Ditadura Vargas, o controle sobre os movimentos sociais e de mulheres e a censura exercida pelos órgãos de imprensa e propaganda, exerceram limitações sobre sua atuação. Embora o recorte temporal aqui proposto não permita traçar essa análise e não seja o objetivo deste artigo, é evidente que a pressão exercida pelos órgãos políticos durante o Estado Novo restringiu os horizontes de possibilidades e as formas de atuação destes movimentos.

Mesmo que estes horizontes tenham se ampliados, sejam pelas dificuldades encontradas pelas mulheres ao tentarem se afirmar econômica e intelectualmente, ou pelos próprios impasses relativos ao campo de pesquisa da História Mulheres, caracterizada, por exemplo, pelas dificuldades de acesso aos vestígios sobre o passado feminino, os impasses à instrução e emancipação feminina permanecem. No caso das mulheres intelectuais, podemos dizer que o reconhecimento acadêmico obedece ainda hoje uma profissão marcada pelo gênero onde “o tema autoral masculino dominante e sedutor reina como um pioneiro, membro de uma vanguarda, virtuoso fascinante” (SMITH, 2003, p. 490). Apesar dos recentes avanços no que se refere aos estudos sobre as epistemologias femininas, à ampliação do campo de estudos da História das mulheres e a maior inserção das mulheres no ambiente acadêmico e intelectual, a estrutura de produção deste tipo de reconhecimento acadêmico continua a funcionar de forma arraigada aos moldes machistas e patriarcais da sociedade.

Nesse sentido, acreditamos que explorar a atuação da União Universitária Feminina seja um meio de pensar como as problemáticas de gênero foram percebidas pelas mulheres intelectuais no meio acadêmico brasileiro. Portanto, argumentamos que visibilizar a atuação de União Universitária Feminina entre os anos de 1929 a 1939 contribua para identificar nas estratégias adotadas por essa agremiação de mulheres intelectuais um rico tema de análise para compreendermos as dimensões das problemáticas que caracterizaram a formação da sociedade brasileira, contribuindo para ampliação do debate historiográfico sobre a História do Brasil.

Referências

A *UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA*. **A Noite**, Rio de Janeiro, domingo, 18 de dezembro de 1938. p. 10

A *UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA*. **O Paiz**, Rio de Janeiro, domingo, 20 de dezembro de 1929. Edição 16163, p. 12.

BOECHAT, Lêda. *A mulher frente ao problema do lar*. **Revista de Cultura e Técnica**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 7-11, 1939a.

BOECHAT, Lêda. *Discurso da Dra. Leda Boechat pronunciado no Chá da Vitória*. **Revista de Cultura e Técnica**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 3, fev., p. 23-25, 1939b.

BONATO, Nailda Marinho da Costa Bonato. **Relatório Científico do projeto As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação feminina**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 7.427** de 19 de abril de 1879. Reforma do ensino primário, secundário e superior no Município da Corte e em todo o Império. In: Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879, pág. 196, volume 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-norma-pe.html>. Acesso em 14/setembro/2021.

ELEIÇÃO da nova diretoria da U.U.F.. **Revista de Cultura e Técnica**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 3, p. 23-24, fev. 1939.

ELEITA a nova diretoria da Casa do Estudante do Brasil. **A Noite**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 27 de janeiro de 1937. Edição 06965.

UMA festa na “União Universitária Feminina”: o discurso de saudação da senhorita Lêda Boechat. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de abril de 1935. Terceira sessão.

GALVÃO, Laila Maia. *Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920*. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 176-203, 2016.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 - 1940. Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

PINSKY, Carla B. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORE, M. (org.); PINSKY, Carla. B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010, p. 607-659.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINHO, Elza. *Discurso proferido no Chá da Vitória*. **Revista de Cultura e Técnica**, n. 1, v. 3, p. 21-22, fev. 1939.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da sociedade disciplinar: Brasil 1890-1930 / Luzia Margareth Rago. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REGIS, Caren Victorino. **A presença feminina na casa do estudante do Brasil (1931-1951)**: a atuação da união universitária feminina. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro Centro De Ciências Humanas e Sociais, Programa De Pós-Graduação Em Educação. Rio De Janeiro, 2012.

REUNIÕES. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1929. Edição 10661.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: **A Escrita a história**: novas perspectivas / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-96.

SESQUIM, Ilda Renata Andreata. *União Universitária Feminina: a academia e o feminino em atuação durante o Estado Novo (1937-1945)*. In: **Anais do 31º Simpósio Nacional de História** [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia / organização Márcia Maria Menendes Motta. -- 1. ed. -- São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021, s/p.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. Tradução: Flávia Beatriz Rossler. Bauru: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. *História das mulheres*. In: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 263-283.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

UNIÃO Universitária Feminina. **O Paiz**, Rio de Janeiro, segunda-feira e terça-feira, 14 e 15 de janeiro de 1929. Edição 16157-16158.

UNIÃO Universitária Feminina: curso de Ciências Sociais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de maio 1938. Edição 00104.

Ilda Renata Andreata Sesquim

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP),
mestranda em História.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9593474729476572>

Artigo recebido em: 01 de outubro de 2021.

Artigo aprovado em: 22 de dezembro de 2021.